

Trabalho recebido em:

30/06/2005

Aprovado para publicação em:

25/10/2005

Maria de Nazareth Baudel Wanderley  
*Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.*  
E-mail: wanvilar@terra.com.br

## OLHARES SOBRE O “RURAL” BRASILEIRO<sup>1</sup>

### RESUMO

No Brasil, as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – urbanização, industrialização, modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades dos espaços rurais e da população que neles vive. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc. Tentando registrar as referidas particularidades históricas, interessa compreender os contornos e as especificidades atuais dos espaços rurais brasileiros, entendidos, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).

**Palavras-chave:** modernização, relação campo-cidade, espaços rurais

## VISIONS ON THE BRAZILIAN “RURAL”

### ABSTRACT

In Brazil, deep changes caused by global social processes – urbanization, industrialization and agriculture modernization – have not resulted neither in standardization of society neither in the diminishing of the rural populations particularities. We argue in this work that the modernization, in its huge sense, does not abolish but redefines the relations between country-side/cities, the place occupied by farmers at the society, the social, cultural and political meanings of local communities. In order to register transformations in the referred historical particularities, we analyze the design and specificities of Brazilian rural space nowadays, defined simultaneously as a physical space (with reference to territorial occupation and to their symbolization), as a place where people live (with reference to particularities of the rural ethos and to identities) as well as a place from where rural communities experience and construct their conceptions on the world (with reference to the rural population citizenship and its insertion into the national society).

**Key words:** modernisation, relations between country-side/cities, rural spaces

<sup>1</sup> Uma primeira versão desse trabalho – inicialmente, um projeto de pesquisa, submetido ao CNPq – foi publicada nos Anais do XXXV Congresso da SOBER, sob o título “O lugar dos rurais; o meio rural no Brasil moderno”. Posteriormente, traduzido para o francês, com o título “Regards sur le rural brésilien”, o texto, com algumas pequenas alterações, foi incluído no livro organizado por Hugues Lamarche e Magda Zanoni “Agriculture et ruralité au Brésil; un autre modèle de développement”, publicado na França, em 2001, pela Editora Karthala. Para atender a uma grande demanda, sobretudo, de alunos, em processo de elaboração de teses, julguei oportuno divulgá-lo agora, pela Revista Raízes.

*“Sei que há muitas vilas grandes,  
cidades que elas são ditas;  
sei que há simples arruados, sei que há vilas pequeninas,  
todas formando um rosário  
cujas contas fossem vilas*

(...)

*Vejo agora: não é fácil  
seguir esta ladainha;  
entre uma conta e outra conta,  
entre uma e outra ave-maria,  
há certas paragens brancas,  
de plantas e bichos vazias,  
vazias até de donos,  
e onde o pé se descaminha.*

João Cabral de Melo Neto,  
*Morte e Vida Severina*

## INTRODUÇÃO

Já se disse que os estudiosos e planejadores do desenvolvimento brasileiro demonstram, freqüentemente, um certo viés, que consiste em ver o Brasil a partir das cidades, desconhecendo a importância econômica e social do meio rural. (Abramovay, 1998) A visão depreciativa do que vem dos “grotões” da sociedade se reforça com o tratamento do meio rural como um vazio social seus problemas encontram “solução” no êxodo – banalizado – de sua população, ainda remanescente, para as cidades; a redução da população é percebida como um sinal de progresso, de que seriam exemplo as nações desenvolvidas.

Ora, nestes países desenvolvidos, as preocupações crescentes sobre o meio ambiente, as representações a respeito do território nacional e do papel atual da agricultura no desenvolvimento, a busca de soluções para as crises sociais, especialmente associadas ao emprego e às transformações da agricultura, recolocaram a problemática da “rura-

lidade” no contexto das sociedades modernas. Processo semelhante vem sendo observado, mais recentemente, no Brasil. Aqui, a crise do modelo de sociedade (desemprego, violência urbana, etc), a redução dos fluxos migratórios para as cidades, as novas demandas no que se refere à modernização da agricultura (no sentido da chamada “sustentabilidade” social), a referência explícita a uma identidade que se pretende rural e as novas exigências a respeito da cidadania rural, trazem à ordem do dia a preocupação com o desenvolvimento rural e impõem a reflexão sobre o que vem a ser o “rural” na atualidade brasileira, e quem é (ou se identifica como) rural no Brasil de hoje<sup>2</sup>, e dos pescadores artesanais:

Segundo os dados da Contagem da População, efetuada pelo IBGE, a população rural do país era, em 1996, de 33.997.406 habitantes, o que correspondia a 21,6% da população total. Destes, 15.575.505 (45,8%) se encontram na região Nordeste<sup>3</sup>.

Essa população tem sido o personagem de diversos e profundos processos sociais, que não só conformam o futuro dos indivíduos e de suas famílias, como também moldam as relações sociais e os espaços em que vivem. O êxodo rural tem sido, certamente, o mais estudado destes processos, visto, geralmente, a partir da cidade, ponto de chegada dos que saem do campo. A permanência no meio rural, no entanto, implica, freqüentemente, em escolhas – complexas, sem dúvida – que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local e que traduzem as expectativas geradas e as possibilidades efetivas de emprego, de educação para os filhos, de acesso aos bens e serviços básicos, etc. A população que vive no meio rural é, assim, responsável por um duplo movimento da sociedade, que, por um lado, dinamiza a vida local – na medida mesma em que é a fonte da configuração da paisagem, do uso e da preservação dos recursos naturais e sociais e da intensidade da vida social local – e, por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local.

<sup>2</sup> Para se perceber a atualidade deste debate, bastaria registrar o quanto constituiu uma surpresa, para muitos, a reivindicação da volta ao campo – associada à luta pela terra – defendida pelos movimentos sociais rurais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. Este novo discurso sobre o rural surge como o oposto a uma opinião corrente, que via a saída do campo como uma conquista pessoal e como um processo irreversível.

<sup>3</sup> Por sua vez, o último Censo Demográfico, de 2000, registrou em todo o País, uma população rural de cerca de 32 milhões de habitantes. Desta população, 14,7 milhões (46,2%) vivem no Nordeste. Os dados demográficos, citados no texto, correspondem aos que eram disponíveis no momento da elaboração da primeira versão desse trabalho.

## I. A DIVERSIDADE DOS ESPAÇOS RURAIS NO BRASIL.

A história da constituição do meio rural brasileiro tem, evidentemente, diferenças marcantes em relação à história européia e norte-americana. Basta lembrar as funções específicas, aqui, assumidas historicamente pelas cidades, as vinculações da grande agricultura de origem colonial ao mercado externo e a possibilidade de dispersão da população por um vasto território, para se entender as particularidades brasileiras, no que se refere à constituição e composição das sociedades locais, às relações campo/cidade, e às relações entre o que é “agrícola” e o que é “rural”.

No Brasil, o meio rural foi, historicamente, percebido como sendo constituído por “espaços diferenciados”, que correspondem a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais – fazendas e engenhos – e os pequenos agrupamentos – povoados, bairros rurais, colônias, etc. Estes espaços, juntamente com as pequenas cidades, tiveram um importante papel na História do povoamento brasileiro, como “pontos de apoio da civilização”, na feliz expressão de Antônio Cândido. (Cândido, 1964)

Em alguns casos, como em engenhos de cana de açúcar e em fazendas de café, a grande propriedade representava uma importante concentração populacional. Como afirma Valverde (1985: 41), referindo-se especificamente a estas últimas, “a clássica fazenda de café era quase uma cidade em miniatura”

Marvin Harris (1956)<sup>4</sup> também distingue, no interior do meio rural brasileiro, espaços diferenciados constituídos por fazendas, povoados e sítios contíguos. As diferenças são ainda perceptíveis entre os povoados maiores e menores. Em seu estudo, Harris refere-se a 6 povoados cuja população varia de 67 a 585 habitantes e que possuem entre 14 e 115 domicílios. “Os maiores têm sua própria igreja e seu próprio cemitério. Todos têm seus próprios santos padroeiros e três deles têm celebrações anuais com missa. Poucos residentes nos povoados vão assistir regularmente à missa aos domingos em Minas Velha (...) batizados, comunhões, casamentos nos povoados são feitos localmente, quando o padre de Minas Velha faz sua visita anual por ocasião da festa do padroeiro. Os três maiores povoados também têm escolas pri-

márias e não há criança dos povoados registradas nas escolas urbanas.” (*op. cit.*: 25)

Ainda nos anos 40, Ferreira & Barros (1941:89) propõem um conceito de povoado. “Povoado é todo núcleo de população que não sendo sede municipal ou distrital se caracteriza por uma população permanente, pelo fato de pertencerem a diversos, tanto a posse do solo, como a propriedade das moradas, pela locação das moradas; pela liberdade de trabalho, comércio, indústria, arte e profissão; e pela existência de comércio interno ou externo livres”. Assim, os povoados distinguem-se dos aglomerados constituídos no interior de fazendas, engenhos ou usinas, onde, a propriedade do solo e das moradas pertence a uma pessoa; a cessão de casas supõe prestação de trabalho; há obrigação de trabalho e presença do barracão, isto é, o comércio não é livre. Essa definição será mais tarde adotada oficialmente pelo IBGE, como veremos mais adiante.

Estudo feito no final dos anos 40, por Muller (1951)<sup>5</sup>, indica que, entre os pequenos agricultores (sitiantes) de São Paulo, predominavam as formas de habitat disperso. Isto quer dizer que o isolamento da população rural é sempre relativo, salvo situações especiais, caracterizadas como de dispersão absoluta. Para a autora, “a dispersão absoluta, com casas muito afastadas umas das outras, corresponde a determinados tipos de sitiantes. Nas regiões de povoamento antigo é encontrada entre arrendatários, parceiros, sitiantes geograficamente isolados e os que praticam agricultura itinerante. Nas regiões de povoamento recente, a dispersão absoluta coincide com a presença do sitiante formador de pastos, desbravador de sertão e o “morador”. (p.168). O habitat disperso se organizava predominantemente sob a forma “coagular” e “linear”. No primeiro caso, “as casas, embora isoladas, estão bastante próximas para criarem uma mancha de maior densidade dentro da dispersão dominante” (p.173); nas situações de dispersão linear, “as casas, embora afastadas entre si, conservam relativo alinhamento, acompanhando o traçado de estradas e rios.” (p.175)

Em ambos os casos, o habitat disperso constitui a base territorial e social dos modelos de sociabilidade dos pequenos agricultores, os bairros rurais. Nícia L. Muller (*op. cit.*)

<sup>4</sup> Um estudo de grande riqueza, atualmente muito pouco lembrado, foi a pesquisa realizada por Marvin Harris, *Town and Country in Brazil*, na pequena cidade de Minas Velha, situada na região central do Estado da Bahia, no início dos anos 50. Minas Velha era, no momento da pesquisa, um dos mais pobres e menores municípios bahianos, cuja população era, então, de 1.500 habitantes.

<sup>5</sup> As formas do habitat no meio rural foram objeto da tese de Doutorado que Nícia Lecqoq Muller, defendeu na USP, sob a orientação de Pierre Mombeig, no final dos anos 40.

chama a atenção para a atração exercida pelos núcleos urbanos sobre as formas do habitat rural. “Em torno de cada núcleo, há sempre uma mancha de maior densidade de sítios, que, aí estabelecem graças às maiores facilidades de comunicação e mesmo, até certo ponto, pela existência de pequeno mercado local. A medida que nos afastamos do núcleo urbano, a densidade vai diminuindo, até entrarmos no domínio da dispersão absoluta. (Muller, 1951: 174)<sup>6</sup>.

Para Antônio Cândido (1994), autor de uma das mais significativas obras a respeito do modo de vida dos “caipiras”<sup>7</sup>, o bairro rural representa, neste caso, a unidade primeira de sociabilidade acima da família. A ele corresponde uma base territorial e um sentimento de localidade; é nele que os camponeses encontram o complemento eventual, mas indispensável, ao trabalho da família; é nele, finalmente, que se manifesta a vida lúdico-religiosa do grupo vicinal. Após a expansão da grande propriedade, que afetou o espaço vital dos caipiras, sua regressão sob a forma de latifúndio absenteísta criou um espaço de reprodução para a cultura caipira, ao favorecer a inserção destes camponeses na estrutura fundiária e produtiva local, sob a condição de parceiros<sup>8</sup>. Nas palavras de Antônio Cândido (1994:88), “sobre as ruínas do latifúndio produtivo, na ausência de liderança econômica, a cultura tradicional se refez como cicatriz. A fazenda se tornou um quase-bairro no sentido social da palavra” (p.88).

A percepção dos bairros rurais, proposta por Antônio Cândido, é revista por Queiroz (1973), sem dúvida, uma

das maiores estudiosas do meio rural brasileiro. Em suas pesquisas, ela demonstra “a existência de diferentes formas elementares de agrupamento e de vida cultural no meio rural”. Desse modo, essa autora alarga o espaço de reprodução dos bairros rurais, considerando que estes não são apenas a “expressão da sociabilidade caipira”, como se poderia supor a partir da análise de Antônio Cândido, mas constituem, igualmente, o espaço de vida de camponeses de origens diversas, inclusive de migrantes europeus instalados em São Paulo em períodos mais recentes.

O Censo Demográfico, ao registrar os domicílios, distingue-os em função da situação urbana ou rural. “Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em todas as áreas situadas fora desses limites, inclusive, os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”<sup>9</sup>.

A legislação brasileira privilegia as funções político-administrativas exercidas a partir da cidade. Esta, com suas funções centralizadoras, seria depositária do poder público e distribuidora dos serviços públicos e privados, destinados a todos os municípios, rurais e urbanos. Inversamente, no espaço rural do interior da sociedade brasileira, o povoamento é mais rarefeito e disperso em relação ao centro municipal. Existem nele apenas pequenas aglomerações, que não estão inscritas na estrutura político-administrativa do país, nem absorvem os serviços essenciais.

<sup>6</sup> Como será visto melhor, mais adiante, os bairros rurais não correspondem propriamente a aglomerações rurais do tipo “villages”. Agrupando um pequeno número de famílias e dotado de poucos recursos – em geral concentrados na cidade, sede municipal – eles não possuem o grau de autonomia, mesmo relativa, que caracteriza a vida social dos “villages” europeus, podendo ser comparados, mais apropriadamente, a pequenos núcleos de vizinhança.

<sup>7</sup> Trata-se de camponeses, cuja origem remonta ao processo de ocupação do território brasileiro, correspondente, hoje, a partes da região Sudeste, especialmente São Paulo e Minas Gerais. Segundo Antônio Cândido (1994), o modo de vida dos “caipiras” se estruturou historicamente em limites mínimos intransponíveis, isto é, um “mínimo vital” representado pela dieta, obtida de uma agricultura itinerante de subsistência e um “mínimo social”, cuja base é o núcleo de vizinhança, representado pelos bairros rurais. O caipira é, originalmente, do ponto de vista étnico, um “caboclo”, “o mestiço próximo ou remoto do branco e índio que, em São Paulo, forma, talvez, a maioria da população tradicional.” (p. 8) A cultura caipira se estende, no entanto, a grupos sociais de outras origens, alargando seu campo de ação cultural. Antônio Cândido (op.cit) realizou sua pesquisa num momento crucial do processo de transformação do modo de vida caipira, sob o impacto da grande propriedade e da cultura urbana.

<sup>8</sup> A partir do século XVIII, expande-se, em São Paulo, a propriedade latifundiária escravocrata, especialmente, as plantações de cana de açúcar, as fazendas de gado e, posteriormente, as fazendas de café. Em momentos de crise, no entanto, o proprietário era tentado a abandonar suas atividades, e tornar-se absenteísta, transferindo a exploração de suas terras a pequenos parceiros, de origem caipira, que nela cultivavam produtos para sua subsistência.

<sup>9</sup> Os aglomerados rurais de extensão urbana são contíguos ao núcleo urbano; o povoado é um aglomerado cuja área não pertence a um único proprietário, o inverso do núcleo, que reúne pessoas que vivem no interior de uma propriedade.

Participando de nossa pesquisa no interior do Brasil<sup>10</sup>, a professora Nicole Eizner, da Universidade de Paris X, desabafou admirada: “no Brasil não existem “villages”!”. Esta excelente pesquisadora do meio rural francês sentiu falta, na paisagem rural brasileira, daquela estrutura social constituída pelas coletividades rurais que, na França, embora fragilizadas em diversas regiões pelas transformações econômicas e sociais ocorridas, constituem o espaço da vida e da sociabilidade rural. O “village” é, ao mesmo tempo, uma instituição social e política constituinte da sociedade rural e um elemento fundamental do tecido social e político do país, pois, na maioria dos casos, abriga a sede do poder municipal – tem um prefeito eleito, uma câmara de vereadores – assumindo ao nível local os poderes da República e absorvendo suas instituições que são o fundamento da vida civil e republicana do cidadão. Pode-se, assim falar, com pertinência, em municípios rurais.

No Brasil, não existem municípios rurais – isto é, espaços e comunidades propriamente rurais, mas que sejam detentoras do poder municipal – termos que, à luz de nossa tradição histórica e das concepções jurídicas dominantes, aparecem como opostos e contraditórios. Atribuir a um agrupamento o poder municipal supõe, automaticamente o reconhecimento de sua condição de cidade. As cidades sediam a representação do Estado, concentram os serviços e, como afirma Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), “encerram instituições representativas da civilização moderna”. O “rural” supõe, por definição, a dispersão de sua população, a ausência do poder público no seu espaço e mesmo a ausência da grande maioria dos bens e serviços, naturalmente concentrados na área urbana. Em consequência, o “rural” está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente. A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente, do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. O meio rural consiste, assim, no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao poder judiciário e, até mesmo, à Igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta deste processo é, frequentemente, a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal. Neste contexto, a única alternativa que existe

para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana, através da expansão do próprio espaço rural, ou através do êxodo para as cidades.

## 2. CIVILIZAÇÃO AGRÁRIA E CIVILIZAÇÃO URBANA, CAMPO E CIDADE.

Em seu processo histórico, a sociedade brasileira estabeleceu relações específicas – diferentes da história europeia – entre o que é “agrário”, “rural” e “urbano”. As diversas explicações destas particularidades revelam ênfases distintas, ora no caráter agrário, ora no caráter rural.

Assim, para Sérgio Buarque de Holanda (1995:73), em seu clássico “Raízes do Brasil”, “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Se (...) não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais.”

Este caráter rural é confirmado por Oliveira Viana, para quem a urbanização é um fenômeno moderno em nossa evolução. Mas ele não se confunde com o “rural” europeu que expressa, sobretudo, a dinâmica das sociedades camponesas. Nestor Goulart Reis Filho, ao comparar as cidades brasileiras coloniais aos “villages” europeus pergunta: “Nossos núcleos urbanos são aldeias?” Sua resposta é complexa: por um lado, este estudioso da urbanização brasileira mostra as diferenças: eles não abrigavam os produtores diretos – no nosso caso, os escravos – como acontecia com as aldeias camponesas da Europa; por outro lado, ele aponta as semelhanças – como estas últimas, nossas cidades eram desprovidas de mercado urbano próprio, e tinham formas de produção e camadas sociais específicas. Reis Filho (1960: 101) refere-se, assim, a uma “agricultura sem ruralismo”: “(...) os núcleos brasileiros e a organização da agricultura de exportação eram muito complexos para serem identificados com a agricultura de subsistência e as aldeias europeias, mas excessivamente simples para serem identificados com a organização urbana da metrópole”.

Para compreender melhor as relações tradicionais que se estabeleceram entre o mundo rural e o mundo urbano, na sociedade brasileira, vou referir-me, aqui, mais particularmente, à contribuição de alguns autores, que incluem entre os clássicos do pensamento social brasileiro sobre este tema.

<sup>10</sup> Trata-se do estudo comparativo internacional sobre a agricultura familiar (Lamarche, 1993; 1994).

Marvin Harris (1956), em sua obra já citada, considera que a cidade subordina o campo do ponto de vista político, na medida em que ela é a sede do poder político, onde se localiza a administração municipal e os serviços públicos. De uma certa forma, a cidade que estudou apresentava uma dupla face. Por um lado, ela era ainda um espaço de interconhecimento e mantinha sempre estreitos laços com a agricultura e o meio rural. Isto não impedia, por outro lado, que a sede municipal possuísse características próprias de uma sociedade urbana, “é uma comunidade heterogênea, individualizada e secular”; em sua relativa complexidade social, nela convivem a manufatura, o comércio e outras ocupações não agrícolas. Trata-se, assim de relações complexas, pois, “embora a agricultura faça parte da cena urbana, não é parte do ethos urbano. A cidade é orientada para fora do campo, enquanto os povoados são orientados para ela.” (*op. cit.*: 95).

Na verdade, o divisor de águas entre o campo e a cidade é, na análise que fez de Minas Velha, nos anos 40, ao mesmo tempo, de ordem cultural e política. As diferenças decorrem do maior envolvimento da população rural com a atividade agrícola e dizem respeito, sobretudo, ao modo de vida e às representações sociais do trabalho exercido em cada uma destas esferas da vida social: a divisão do trabalho no meio rural é reduzida, e as atividades, nele predominantes, prescindem em grande parte de recursos monetários; além disso, o trabalho rural é considerado pelos urbanos como penoso e degradante – “e os agricultores, deficientes, no que se refere a qualidades civilizadas” – em contraste com o seu próprio trabalho, considerado positivamente como uma arte; finalmente, mesmo quando um habitante da cidade é proprietário de terra, ele é, em geral, absenteísta, dispondo de trabalhadores que assumem as atividades produtivas do estabelecimento. Como explica Harris (*op. cit.*: 95), “a relação ideal do homem da cidade com a terra é a que supõe meeiros entre ele e o solo. O ideal do homem do campo é de dispor de terra e água suficientes para alimentar sua família. O urbano sonha em ficar rico com o solo; o rural sonha com a plantação” .

Porém, para além das diferenças entre a sede municipal e seu entorno rural, o que chamou, particularmente, a atenção do pesquisador foi o grau de isolamento do conjunto do município em relação a outros centros urbanos de maior envergadura. Este isolamento afeta a população local, inclusive a que reside na sede municipal, privando-a de contatos sociais mais densos e complexos e do acesso a bens e serviços já disponíveis em outras áreas urbanas

do País. “A cidade não tem automóveis, eletricidade, cinemas, telefones, aço ou concreto. É igualmente um destes raros locais ainda imunes à penetração da Coca-Cola.” (Harris, 1956: 6).

No entanto, o isolamento não impede que se desenvolvam na área estudada, importantes traços da cultura urbana. Como afirma Harris (1956:4), “(...) há muitas comunidades de menos de 200 pessoas, surpreendentemente isoladas dos centros metropolitanos da nação, com um nível atrasado de desenvolvimento tecnológico e uma visão do mundo essencialmente não científica, e que não obstante, apresentam um grande número de traços visivelmente urbanos”. E ele acrescenta mais adiante: “A história de Minas Velha mostra que seu urbanismo tem raízes profundas; os primeiros habitantes eram sofisticados aventureiros e não camponeses (*op. cit.*: 23).

Assim, à diferenciação campo/cidade, no interior do espaço municipal, Harris sobrepõe o espaço isolado das pequenas cidades face às grandes cidades e aos centros metropolitanos. “Minas Velha é mais isolada do que certas comunidades caracterizadas como de cultura “folk” (p. 276). E o autor conclui, com uma reflexão que parece sintetizar os contrastes e as diferenças fundamentais: “apesar disto, a subcultura de Minas Velha talvez tenha mais em comum com Salvador do que com a sub-cultura dos povoados rurais vizinhos”. (p. 277)

Por sua vez, Willems (1947), que realizou um dos mais interessantes estudos chamados “de comunidade”, sobre o município de Cunha, no estado de São Paulo, considera a evolução das relações entre a área rural e a sede municipal. Para ele, tradicionalmente, o meio rural de Cunha era isolado, não só em relação a outras cidades, como em relação à própria sede municipal.

“Até 1932, as famílias locais viajavam em carro de boi levando dois dias para percorrer os 49 km entre Cunha e Guaratinguetá (...). “(...) as viagens eram penosas, demoradas e raras. Poucas pessoas da roça conheciam Guaratinguetá e nos bairros mais afastados, muitos havia que não chegaram a conhecer a sede do próprio Município (...).” (Willems, 1947:23).

Em suas pesquisas, nos anos 40, no entanto, Willems registrou, um meio rural bastante povoado – em suas palavras, “nunca o observador tem a impressão de estar atravessando uma região deserta”, e que vencera o isolamento com a construção da estrada e a instalação de um serviço de transporte coletivo, entre os bairros rurais, e destes com a cidade de Cunha. A introdução destes me-

lhamentos favoreceu a integração da população do campo à cidade, estimulando uma identidade local que se forma pela dupla referência, ao município, em seu conjunto, e ao pequeno povoado rural.

“(...) o serviço de transporte (...) não é interurbano apenas, mas também local. Inúmeros são os passageiros que sobem em um ponto qualquer da rodovia para descer quilômetros adiante. Inúmeros são também os recados e encomendas entregues pelos motoristas que parecem conhecer pessoalmente todos os moradores da estrada.” (Willems, 1947:7).

A diferenciação no interior do meio rural é também, aqui, largamente observada. Alguns bairros rurais agrupavam um muito pequeno número de casas; outros eram maiores e situados mais próximos do núcleo urbano, assumindo funções de integração entre as duas áreas. Por sua vez, a sede municipal de Cunha era, sem dúvida, um núcleo urbano. No entanto, isto não impedia que a cidade guardasse um cunho rústico, fruto de uma certa “simplicidade” de costumes e que mantivesse estreitas relações com o seu meio rural. Ela abrigava parcela importante de indivíduos e famílias, que mantinham vínculos de trabalho com o setor rural.

“Grande parte dos moradores da cidade não somente tira o seu sustento diretamente da zona rural, mas continua praticando a lavoura. Quase todas as famílias-grandes residentes na sede têm ramificações na zona rural, formando, não raro, parentelas enormes em vários bairros simultaneamente.” Como afirma ainda o autor, “atualmente, a vida econômica da cidade está de tal maneira vinculada à zona rural que seria difícil apontar uma única atividade profissional que não dependa, direta ou indiretamente, da zona rural” (Willems, 1947:21).

Segundo seus dados, a sede deste município abrigava, naquele momento, apenas 5,5% dos cerca de 27.000 habitantes do município. Além disso, quase 30% da população da cidade “se entregam a atividades que não têm nenhum cunho urbano”. Mais precisamente, dos 321 chefes de família residentes na sede municipal, 14 eram fazendeiros, 16 sitiantes, 64 arrendatários e meeiros, sem contar outros trabalhadores rurais.” (p.18) Em consequência, Willems observou uma estreita interdependência cultural e política entre estas duas porções do município de Cunha, de que resulta a “ausência de antagonismo entre população rural e população urbana”, reforçada pelos laços de solidariedade e de identificação criados pela administração do município em seu conjunto.

“Não há relações de reciprocidade bem equilibradas entre cidade e roça. É verdade que os moradores rurais têm que procurar a sede para obter condução ou comunicação rápida, para solicitar serviços administrativos e religiosos, pagar impostos, votar ou inteirar-se do rumo da política local. A cidade se lhes afigura também como centro recreativo, embora nenhuma das grandes festas do ano possa ser realizada sem o concurso do povo da roça” (Willems, 1947:21).

Em sua obra clássica, já citada, Antônio Cândido (1964) analisa, de modo especial, as relações dos camponeses “caipiras” com os centros urbanos e com a cultura vinda das cidades. Neste enfrentamento do “mundo externo”, o caipira tem que realizar uma “pluralidade de ajustamentos”, que vão no sentido do desenvolvimento das relações comerciais e da progressiva incorporação à esfera da cultura urbana. Como afirma Cândido, “dantes, os raros bens propriamente comerciais (armarinhos, bugigangas, tecidos, utensílios) adquiriam-se de mascates. O centro urbano, seu equipamento e usos, como que se deslocava, por meio do vendedor ambulante, até às fazendas, sítios e casebres, imobilizados pela fixação ao meio imediato.” (p. 140) Posteriormente, embora existam vendas em bairros mais complexos, “a dependência em relação à vila acentuou-se de tal modo que as atividades comerciais são agora centralizadas por ela.” (p. 141)

Considerando, a partir de então, a necessidade de situar o caipira “em sua posição no conjunto da vida do Estado e do País.” e não mais em seu universo fechado, Antônio Cândido (*op. cit.*) afirma:

“(...) o processo de urbanização – civilizador se o encarmos do ponto de vista da cidade – se apresenta ao homem rústico propondo ou impondo certos traços de cultura material e não-material. Impõe, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana”.

E ele acrescenta: “(...) podemos verificar no caipira paulista três reações adaptativas em face de tal processo: 1) aceitação dos traços impostos e propostos; 2) aceitação apenas dos traços impostos; 3) rejeição de ambos” (Cândido, 1964: 174).

Antônio Cândido é pessimista quanto às possibilidades do caipira de vencer “o franco desequilíbrio econômico” que se gesta a partir de então e superar suas fragilidades em face da cultura urbana. Defendendo, para isto, a intervenção do Estado através da reforma agrária, ele argumenta: “Sem planejamento racional, a urbanização do

campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido.” (p.181)

Para Queiroz (1978), a sociedade brasileira caracterizou-se, historicamente, pela ausência de uma “dualidade marcada” entre o campo e a cidade: a influência do campo se fazia sentir na presença da cultura rústica nos próprios centros urbanos e, inversamente, a expansão do meio rural, decorrente do avanço das fronteiras agrícolas, sempre se fez acompanhar da multiplicação de cidades. Em suas palavras, “(...) os processos de persistência e mudança de comportamento tradicionais nos centros urbanos brasileiros estavam fortemente ligados ao meio agrário em que se localizam. Além disso, nossas “frentes pioneiras” se apresentam como verdadeiros “viveiros” de concentrações urbanas em processo de instalação, mostrando que o enriquecimento do campo continua a ser gerador de cidades” (Queiroz, 1978).

A atração exercida pela cidade coloca, em primeiro plano, a sede municipal, à qual o meio rural está diretamente associado. Esta atração resulta, sobretudo, da função administrativa da cidade. Como afirma Maria Isaura Pereira de Queiroz,

“desde a Independência, em 1822, (a administração pública) veio se desenvolvendo cada vez mais, à medida que o país se organizava e progredia; os centros administrativos proliferaram e impuzeram aos sítios práticas e comportamentos oriundos de um universo social e de uma concepção da existência completamente diversa daquele que espontaneamente se construíra no interior dos bairros rurais”. “uma cidade que é sede administrativa, (...) é organizada de fora, dotada de uma aparelhagem, estranha ao mundo rural, funciona segundo normas que são muitas vezes opostas às maneiras de ser tradicionais no meio rústico. Mesmo que funcionários pertençam à sociedade camponesa, só podem funcionar como tais os indivíduos que absorverem uma instrução e um modo de comportamento ligado ao universo da burocracia, que é essencialmente citadino. A multiplicação de municípios constituiu assim um índice de progressiva organização do Estado e do país segundo uma perspectiva que podemos chamar moderna, e que não é seguramente aquela da antiga civilização caipira”. (1973: 125)

A ausência de antagonismo entre o campo e a cidade também é comprovada pelo caráter intermitente da vida nas cidades, marcada pelas idas e vindas frequentes dos habitantes do campo.

“Criou-se, assim, um ritmo de vida que foi específico da sociedade brasileira durante largo tempo, avançando pelo período monárquico

afora; ritmo composto de períodos sucessivos de concentração da população nas cidades e nas vilas nos momentos de festa religiosa ou de algum acontecimento marcante, e de dispersão (momentos muito mais longos) pelas propriedades rurais.”. (Queiroz, 1978: 280).

A autora, ainda acrescenta: “cessado o movimento decorrente do afluxo dos senhores de terra, (as cidades) tinham uma aparência de abandono e desolação”. A pesquisa de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), realizada no início dos anos 70, a respeito dos bairros rurais paulistas, constitui uma das mais importantes análises sobre as relações entre o meio rural e as cidades, em período mais recente, na qual ela analisa a diversidade das configurações do meio rural na sociedade paulista e as relações que este estabelece com o meio urbano, igualmente diferenciado.

Para Maria Isaura (1973), os efeitos desagregadores sobre o modo de vida rural resultam de duas causas essenciais. Por um lado, a presença da grande propriedade.

“Possuindo relações de trabalho e relações sociais diferentes das que reinam num bairro rural, com um ritmo de vida também diverso e estabelecido segundo uma rotina mais ou menos estrita (pois sem disciplina não é possível grande produção), seus caracteres essenciais contrastam fundamentalmente com os de um bairro de sítios, em que o trabalho depende do arbítrio e da disposição quase que de cada trabalhador” (1973: 137).

Por outro lado, há a considerar os efeitos de esvaziamento do campo, provocados pelo êxodo rural. Neste sentido, “a desorganização dos grupos de vizinhança tradicionais não está forçosamente presa ao aparecimento da civilização urbana.” (p. 136) A existência de uma cidade – e mesmo de uma grande cidade – não implica, portanto, necessariamente, a “fragilização” de sua área rural; ao contrário, pode resultar no reforço e na continuidade do modo tradicional de vida rural. Mais do que isto, o bairro rural pode ter forças próprias, dentre as quais sobressai, justamente, a capacidade da população rural de incorporar os bens e serviços provenientes da cidade, sem, com isto, destruir suas estruturas tradicionais.

Mais recentemente, as relações da população rural com as cidades foram analisadas por Carlos Rodrigues Brandão (1995), em seu estudo antropológico sobre o campesinato residente no município de São Luis de Paraitinga, São Paulo. Devo registrar aqui, de modo especial, a riqueza e profundidade de sua formulação sobre as polarizações entre os lugares da natureza e os lugares



da vida social e a forma como ele compreende as relações entre o que chama os “lugares da vida”: o sertão, o sítio, o bairro, a vila e a cidade: o sertão – “é o lugar onde, por oposição aos campos com matas, existem apenas matas sem campos, algumas impenetráveis, de um lado ou do outro da Serra”; o sítio: “o sertão se transforma; é conquistado e dá lugar ao mundo onde se mora e trabalha como camponês”; o bairro – “O oposto mais próximo do sertão é o bairro (...) visto como um lugar ainda plenamente rural, mas já não selvagem e é o lugar da vida para onde converge o trabalho camponês (...) o bairro é o lugar que torna estável a cultura rural e, sobretudo, faculta que se torne comunitária a vida familiar dos sítios”; a vila – “a vila é o lugar para onde convergem os bairros de perto (...). Assim como os vários bairros são vistos, um a um, como uma conquista do trabalho sobre o sertão (...) a vila também é percebida como o desdobramento do bairro e uma espécie de conquista da cidade sobre ele (...) lugar simbólico entre o bairro e a cidade, a vila é, também, o lugar social da passagem da vida de um à outra”; e a cidade, por fim, é “um espaço de trocas oposto ao bairro e à vila, domínios da cultura (camponesa)”. Os moradores do campo passam a lidar com as cidades – também elas diferenciadas – em função de seus negócios, de seus “compromissos com o poder”, do acesso aos recursos que elas podem oferecer e, finalmente, um lugar de destino para muitos.

Este me parece um dos raros trabalhos sobre o meio rural brasileiro, realizado em anos recentes, que inscreve as relações sociais, tanto quanto à identidade social dos indivíduos e grupos que vivem no campo, sobre um registro espacial. Estamos, neste caso, muito distante das análises mecânicas e unívocas, que se baseiam em tipos abstratamente construídos sobre o isolamento do meio rural ou sua oposição à cidade. Ao contrário, Carlos Brandão (1995) demonstra como as diferenças e as polarizações múltiplas são historicamente gestadas e se transformam sob o efeito dos próprios atores sociais, capazes, eles

também, de formular suas próprias tipologias dos lugares de vida<sup>11</sup>.

Creio ser possível afirmar que os estudos, aqui, considerados nos revelam uma dupla face do meio rural: por um lado, um meio rural fragilizado pelo isolamento, pela precariedade com que tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo rural; por outro lado – e apesar da primeira face – um meio rural povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura, que dinamiza as relações sociais locais, e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados. Paradoxalmente, um dos eixos essenciais desta resistência é constituído pelo que chamarei “a apropriação da cidade”, processo pelo qual os “rurais” tentam vencer o isolamento e a precariedade de suas condições de vida, e que se expressa, especialmente, em suas relações com a pequena cidade, como veremos a seguir.

### 3. O PEQUENO MUNICÍPIO

O processo de urbanização ocorrido no Brasil teve como resultado a constituição do que Vilmar Faria (1991) chamou o “sistema de cidades”, para indicar “o crescimento da população urbana de um número grande e crescente de cidades, de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social, tanto entre o campo e a cidade, como entre as cidades”<sup>12</sup>.

Mais recentemente, este processo tem se orientado no sentido da ocupação progressiva dos espaços interioranos, embora revele intensidade diferente nas diversas regiões do país. Evidentemente, ele é mais intenso no Sudeste e Sul. Em São Paulo, por exemplo, foram registradas em 1996, 19 aglomerações com mais de 250 mil habitantes (excluída a capital). No Nordeste, ao contrário, fora das áreas metropolitanas, apenas três municípios funcionam como grandes pólos interioranos, com população entre 250 mil

<sup>11</sup> Este debate, como afirmei acima, renasce atualmente no Brasil. Nos últimos anos, com efeito, pode-se dispor de numerosos estudos sobre o tema, com filiações disciplinares diversas. Cf. bibliografia apresentada no final deste trabalho.

<sup>12</sup> Ricardo Abramovay, em análise inovadora, estima que o crescimento das grandes cidades no interior do País, longe de desestimular o meio rural, pode, ao contrário, vir a ser um fator de sua dinamização. Para ele, “as políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terá tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades”. Refletindo sobre o desenvolvimento rural, Abramovay (1998: 2) explicita: “A consolidação de um sistema brasileiro de cidades é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente para permitir esta integração: o fundamental é que a população rural esteja dotada dos meios, das “prerrogativas” que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor.” (Abramovay. 1998.) (grifos do autor).

e 500 mil. Da mesma forma, são pouco numerosos – 30 no total – os municípios, cuja população total variava, em 1996, entre 100 mil e 250 mil, correspondendo a apenas 10% da população regional<sup>13</sup>.

Estes dados nos permitem afirmar que uma das grandes limitações do desenvolvimento regional no Nordeste é, precisamente, a fragilidade da urbanização, cujo processo foi incapaz de criar centros dinâmicos no interior da região, que, como aponta Ricardo Abramovay (1998), estivessem em condições de descentralizar, em níveis satisfatórios, as iniciativas econômicas, principalmente no que se refere à instalação de indústrias e à disseminação de redes de serviços e de promover o desenvolvimento das forças sociais existentes nas pequenas aglomerações e nos espaços rurais. Como afirma Maria do Livramento Miranda Clementino (1997) “a maioria dos municípios do Nordeste tem uma frágil estrutura produtiva. A tradição agrícola regional definiu uma estrutura urbana deficitária, formada essencialmente por pequenos municípios, com função de intermediação comercial primária, com baixo nível de urbanização e uma estrutura política marcada pelo ‘mandonismo local’, cuja base de poder sempre foi a propriedade da terra”.

Assim, apesar da configuração de um “sistema de cidades”, a capacidade de vivenciar a experiência urbana é desigualmente distribuída. Na verdade, esse caráter urbano, irradia-se a partir dos centros metropolitanos, nos quais sua presença é indiscutível, gerando um quadro de diferenciação entre áreas que recebem, em maior ou menor grau, a influência do modo de vida urbano.

Referindo-se às cidades brasileiras tradicionais, Florestan Fernandes (1973:140) já observara que o “apinhamento de funções urbanas”, que as caracterizava, “não continha, em si mesmo, os germes de uma revolução urbana propriamente dita. “(Fernandes. E ele acrescenta que o meio sociocultural jamais libertou esse tipo de cidade das amarras que o prendiam à tutela direta ou indireta do campo”. Florestan Fernandes identifica esta “vida urbana morta” também em algumas cidades novas.

“Cidades que prendiam o homem ao horizonte cultural rústico e ao conservantismo prepotente como estilo de vida. Não obstante, na superfície, ostentavam vários traços demográficos, econômicos ou sócio-culturais da vida urbana. O congestionamento urbano da paisagem, portanto não indica, por si mesmo, os novos rumos da His-

tória. Estabelece, apenas, um indício do modo pelo qual as funções urbanas se comprometem, regionalmente, com os interesses e os valores de vilas, fazendas e pequenas comunidades nuclearmente rústicas.” (Fernandes, 1973:141).

Para Juarez Rubem Brandão Lopes (1973), em seu clássico estudo sobre o desenvolvimento brasileiro, os processos de industrialização, urbanização e secularização tendiam a universalizar-se na sociedade urbano-industrial em formação. Este novo quadro de vida, no entanto, não implica, em sua opinião, na homogeneização completa do espaço social; ele distingue, no interior deste espaço, zonas urbanizadas e zonas não urbanizadas e, no conjunto da sociedade, a assimilação diferenciada dos valores urbanos, pelas classes sociais. Como ele afirma:

“(…) pode-se manter, como questão de grau, a nossa afirmativa sobre a maior homogeneização do mundo urbano das regiões urbanizadas do Sul, Centro-sul e faixa litorânea nordestina. São mundos urbanos que se entrelaçam pela porção superior da estrutura social, diferenciando-se mais e mais das suas zonas rurais, e das populações rurais e urbanas das zonas não urbanizadas” (1973: 180).

E ele conclui: “a integração nacional (...) com o entrelaçamento das várias partes do mundo urbano brasileiro (estás-se dando) pelas camadas médias e superiores da hierarquia social”. O processo nas regiões urbanizadas do país inclui desde as grandes metrópoles até os pequenos núcleos urbanos. Nas regiões não urbanizadas, a difusão dos valores e estilo de vida urbanos restringe-se àquelas camadas das cidades maiores; nestas áreas tais efeitos da urbanização são muito mais lentos nas pequenas cidades. Ademais, em todas as regiões, esses efeitos quase não chegam a atingir as camadas inferiores da população rural. (*op. cit.*: 184)

Por sua vez, o geógrafo Milton Santos (1996), outro grande estudioso da urbanização brasileira, defende que a distinção deve ser feita não entre os espaços rurais e urbanos, nem mesmo entre pequenas e grandes cidades. Em sua opinião, a fase atual dos processos de constituição do espaço territorial brasileiro é marcado pela gestação do que denomina “meio técnico-científico”, isto é, o crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação. A partir da expansão deste meio técnico-científico, que contrapõe ao meio natural, Milton Santos distingue no território brasileiro, o que denomina “regiões concentradas”:

<sup>13</sup> Estes últimos municípios parecem, de fato, constituir centros populacionais mais dinâmicos no interior dos Estados, mas estão concentrados, sobretudo na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão.

“(…) o espaço nacional fica dividido entre áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes. Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais e espaços opacos, não racionais, comandando uma nova divisão regional do País e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer” (1996: 47)

Duas questões da análise de Milton Santos são importantes para o tema aqui estudado. Em primeiro lugar, ele considera que a profundidade das transformações da sociedade tenderia a diluir a distinção tradicional entre urbano e rural, e substituí-la pela distinção entre regiões agrícolas e regiões urbanas. “Hoje as regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades; as regiões urbanas contém atividades rurais.” (Santos, 1996: 65). Em segundo lugar, este autor propõe uma análise das transformações das pequenas cidades.

“As cidades locais mudam de conteúdo. Antes eram as cidades dos notáveis, hoje transformam-se em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados” (1996: 51).

Nesse novo quadro, “a cidade torna-se o locus da regulação do que se faz no campo (...) tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo.” (*op. cit.*: 52)

Essas análises, que contemplam uma distinção entre zonas urbanizadas e não urbanizadas – ou regiões agrícolas e urbanas – nos termos como foram apresentadas acima, oferecem, sem dúvida, um quadro geral para a compreensão do processo de urbanização. Porém, a meu ver, elas pressupõem uma certa homogeneização do quadro da vida social, no interior de cada um destes grandes espaços que, nem sempre, pode ser comprovada pelos fatos e, na verdade, pouco esclarece quanto à experiência imediata e efetiva que os habitantes do campo vivenciam da vida urbana. Assim, residir próximo a uma grande cidade não significa, necessariamente, para um habitante do meio rural, um maior acesso aos equipamentos sociais (políticos e culturais) que ela oferece. Da mesma forma,

estar inserido em uma economia mercantilizada não supõe, necessariamente, a desvinculação completa com a cultura tradicional. Os habitantes das áreas rurais próximas a São Paulo, por exemplo, conhecem certamente a cidade de Aparecida do Norte, centro religioso que atrai romarias de todo o país, mas podem nunca ter ido à capital do Estado. Em pesquisa recente sobre pequenos hortigrangeiros e produtores de flores do Município de Piracaia (na região metropolitana de São Paulo), Thais Echeverria (1993) observou que estes agricultores, ao mesmo tempo em que adotam tecnologias de ponta, de forma a adequar seus produtos às demandas de um mercado exigente e sofisticado, mantm a tradição de plantar de acordo com o calendário lunar. Ela registrou, igualmente, nesta mesma área, a tradição da dança de São Gonçalo, uma das mais expressivas manifestações da cultura tradicional.

É preciso considerar, por outro lado, que parcela importante da população rural brasileira vive nos pequenos municípios, cuja natureza urbana tem sido objeto de diversas análises e questionamentos. Juarez Rubens Brandão Lopes já havia proposto, no início dos anos 70, que “as áreas traçadas com base na distribuição de cidades sejam aquelas onde as populações dos núcleos urbanos como as do campo estejam sob a influência mais intensa das metrópoles e do estilo urbano de vida.” (1978: 78) Baseado nos dados censitários até 1960, ele assinalava, então, que “o critério do censo, discriminando a população urbana segundo o quadro administrativo (habitantes dos quadros urbano e suburbano do município), é insatisfatório, para os objetivos demográficos e sociológicos” (Lopes, 1978: 67). Nesta obra, que constituiu um marco definitivo nos estudos sobre o desenvolvimento urbano-industrial, Lopes considera como urbanas as aglomerações que tenham, pelo menos, cinco mil habitantes, limite que permite “demarcar a área onde mais intensamente se faz sentir a influência de valores, padrões e formas de organização urbanos” (*op. cit.*: 67). Para ele, os municípios, cuja população está aquém deste limite deve ser condiderada como semi-rural.”

A maioria dos pesquisadores da moderna vida urbana no Brasil adota pressuposto semelhante, porém sobre a base de novos limites. George Martine estabelece o patamar da população total não inferior a 20.000 habitantes. (Martine & Garcia, 1987) Vilmar Faria (1984: 124) propõe uma definição ainda mais “restrita” de população urbana, correspondendo às “pessoas vivendo na sede urbana dos municípios” ao mesmo tempo que considera cidades, “as sedes municipais com mais de 20.000 habitantes”.

Assim, as pequenas cidades, com até 20.000 habitantes não integram propriamente a rede urbana, são considerada como “não-urbanas”<sup>14</sup>.

A análise destes pequenos municípios, deve levar em conta, antes de mais nada, sua importância numérica. Dados recentes indicam, com efeito, que 72,6% dos municípios brasileiros eram considerados pequenos, isto é, possuíam uma população não superior a 20 mil habitantes, estando, portanto, fora do “sistema de cidades”, antes referido. (Clementino s/d)

No que se refere ao peso relativo de sua população, há a registrar duas situações distintas. Nos Estados mais desenvolvidos, a população que vive nestes pequenos municípios é, naturalmente, minoritária em relação ao conjunto da população do Estado. Em São Paulo, por exemplo, apenas 8,8% vivem nos municípios cuja população não ultrapassa os 20 mil habitantes. Além disso, 75% destes, encontram-se nas sedes municipais, sendo, portanto, segundo os critérios do IBGE, uma população urbana. Ao contrário do que acontece em São Paulo, os pequenos municípios da região nordestina abrigam 24,3% da população regional e, neste caso, trata-se, majoritariamente (57,7%), dos habitantes do meio rural.

De toda forma, como foi dito acima, parcela significativa da população rural brasileira vive nas zonas rurais dos pequenos municípios. Este fato é evidente no Nordeste, onde 40,3% da população rural da região se encontram nos municípios com até 20 mil habitantes, mas esse fato também ocorre em São Paulo, atingindo 31,9% da população rural paulista.

Marin (1985) ao estudar a cidade de Serra Branca, na Paraíba, mostra alguns traços que são característicos deste pequeno município, que certamente são comuns a tantos outros do sertão paraibano e, mesmo, de outras regiões do país: a relativa escassez populacional; a ausência de dinamismo econômico; os efeitos do clima semiárido; a inadequação das políticas adotadas do exterior e os efeitos da centralização exercida pelas cidades maiores circunvizinhas. Em 1980, cerca de 63% de sua população viviam na zona rural do município. Além disso, sua sede atraía parcela importante da população que, de formas diversas, dependiam da agricultura e do “mundo rural”. Maria Cristina Marim refere-se a uma “drenagem da po-

pulação improdutiva (velhos e crianças) do campo para a cidade”, especialmente os aposentados, cuja renda monetária constitui um complemento importante da renda familiar, que “ajuda os filhos a educar a família” e “os produtores, em busca de escolas para os filhos, mas que continuam trabalhando na zona rural.” Para esta pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba,

“Serra Branca não tem, assim, uma característica tipicamente urbana: a de ser um centro organizativo e definidor de relações sociais dentro de uma área dada, determinando a distribuição dos bens e serviços aí produzidos. Seu conteúdo e estruturas funcionais são basicamente resultado da lógica de reprodução da zona rural, assim como, de determinações advindas do exterior da região.” (1985: 202).

O movimento da população rural na direção das pequenas cidades – os contatos intermitentes e, mesmo, a instalação definitiva na área urbana – nem sempre significam a ocorrência de transformações profundas, no que se refere ao modo de vida. Pode-se mesmo aventar a hipótese de que, em muitos casos, o morador do campo, que se transfere para a sede municipal, não muda, necessariamente de “lugar”, do ponto de vista sociológico, isto é, ele pode continuar integrando o mesmo mundo restrito de relações de interconhecimento. Com efeito, a sociedade rural não se esgota no pequeno espaço propriamente rural, mas se espalha pelas pequenas cidades que não só lhe servem de apoio político-institucional, como também constituem um quadro complementar de vida. Assim, para os que ficaram no campo, o esvaziamento do meio rural foi compensado, de alguma forma, pela dupla inserção na cidade e no campo. A “apropriação” da cidade torna-se, assim, uma estratégia das famílias rurais. Neste caso, para os que moram no meio rural, a cidade, sobretudo, a pequena cidade próxima, deixa de ser um lugar desconhecido, ou um lugar para onde se vai apenas à procura de bens e serviços, para se tornar o lugar de moradia de parentes e amigos, o que, como foi visto, só reitera as tradições dos antigos roceiros. A este respeito, é possível sugerir a incidência de, pelo menos, três situações: a) os casos em que a população do campo, é excluída dos bens e serviços concentrados na cidade, sede municipal, seja porque esta é muito distante dos locais de moradia dos “rurais”, seja

<sup>14</sup> Pesquisadores do próprio IBGE também são sensíveis aos recortes mais precisos dos espaços que podem ser, efetivamente, considerados urbanos. A este respeito, Speridião Faissol (1994: 150), refere-se ao “(...) sistema de cidades pequenas, em geral sem centralidade, e às vezes muito pequenas até mesmo em termos de um conceito de cidade; elas existem, no Brasil, por força de uma definição legal de cidade-sede de município”.

porque estes têm poucos meios de locomoção; esta situação, que não é rara no Brasil, traduz-se por um “isolamento”, relativo, porém profundo, do campo e o consequente reforço do modo tradicional de vida; b) os casos em que, o município, como um todo, pela sua reduzida dimensão, não tem capacidade para abrigar os bens e serviços dos quais deveria ser depositário. Nestes casos, são pouco significativas as diferenças objetivas entre o núcleo urbano e a periferia rural, ambos igualmente precários e mal servidos. Pode-se falar, de uma certa forma, de um processo de “ruralização”, especialmente das pequenas cidades, compreendendo-se este processo como a reiteração, nestes pequenos espaços urbanos, das principais características do espaço rural – população reduzida e pouco densa, restrita divisão social do trabalho – e das formas de vida social baseadas no interconhecimento.

Neste caso, o meio rural é o espaço da vida cotidiana, enquanto o acesso à cidade, com fins comerciais religiosos ou de lazer, segue ritmos e frequências variados; a vida no campo corresponde a um modo de vida, que se diferencia do urbano, mas o incorpora; c) os casos em que, na busca dos bens e serviços de que necessita, a população do campo “apropria-se” da sede municipal, como um espaço que lhe pertence, seja frequentando-a com regularidade, seja, inclusive, instalando na cidade seu lugar de residência, mesmo quando mantém todos os seus vínculos de trabalho no meio rural. A vivência da cidade integra, neste caso, a dimensão cotidiana; mas a dupla inserção particulariza os espaços de moradia, de trabalho, de lazer, de socialização dos filhos etc. É importante lembrar que, como foi dito acima, os Censos brasileiros registram esta última categoria como população urbana.

#### 4. OS ESPAÇOS VAZIOS E A PRECARIÉDADE DA VIDA NO CAMPO.

Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. A perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera o que se pode chamar a “questão rural” na atualidade, emerge precisamente, quando se ampliam, no meio rural, os espaços socialmente vazios. Na maioria dos países considerados de capitalismo avançado, isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a sua parcela vin-

culada à atividade agrícola, tem a constituição ou a reprodução do seu patrimônio ameaçado, e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a “paridade” socioeconômica em relação à população urbana, ou, pelo menos, a redução da distância social entre os cidadãos rurais e urbanos.

No Brasil, os espaços vazios são, antes de tudo, a consequência direta da predominância da grande propriedade patronal. Para perceber a significação deste processo basta considerar, por um lado, a dimensão das áreas “improdutivas” no país. Com efeito, o Cadastro dos Imóveis Rurais, realizado pelo INCRA em 1992, revela que havia, no Brasil, 185 milhões de hectares de terras “improdutivas”, o que corresponde a 40% da superfície apta para a agricultura, mas que não são aproveitadas produtivamente<sup>15</sup>.

Aos efeitos desta ausência de atividade, deve-se acrescentar os que resultam da expulsão massiva de trabalhadores agrícolas e camponeses que, em grande parte, residiam anteriormente nas grandes fazendas, tanto para as áreas de fronteira, como para as periferias das cidades, inclusive, das pequenas cidades do interior. George Martine estimou que entre 1960 e 1980, 28,4 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais, das quais, 15,6 milhões, nos anos 70.

Se a estrutura fundiária inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. A população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política.

O “mapa da fome” explicita a dimensão do problema. “Trinta e dois milhões de brasileiros – uma população equivalente à da Argentina – defronta-se, diariamente, com o problema da fome. São nove milhões de famílias, cuja renda mensal lhes garante, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos capaz de satisfazer as suas necessidades nutricionais”. (IPEA)

Como afirma Silva (1995) “(...) a proporção de famílias pobres é muito maior quando o local de residência é o meio rural, quase 25%, ou seja, uma em cada quatro famílias, cujo chefe tem na agricultura atividade principal e mora no campo, tinha uma renda total inferior ao salário mínimo em 1990.” Quando se trata do Nordeste, “cerca de 20% das famílias agrícolas com domicílio urbano tem uma renda total inferior ao salário mínimo; entre as que

<sup>15</sup> Aqui também, as diferenças regionais são significativas.

moram na zona rural essa proporção salta para 33%. Além disso, no Nordeste, “a percentagem de famílias agrícolas com renda per capita inferior a meio salário mínimo é muito maior na zona rural” (1995:142).

Este mesmo autor, analisando a evolução da pobreza rural nos anos 70 e 80, considera que, nos anos 70, “cresceu a desigualdade, mas diminuiu a pobreza no campo”, consequência, segundo ele, do fato de que “o campo expulsou a pobreza para as cidades”. Por sua vez, “os anos 80 mostraram um quadro muito mais perverso: continuou a crescer a desigualdade na distribuição da renda com o agravante de que agora os pobres se tornaram ainda mais pobres” (p. 133). E o autor formula a hipótese de que estes “pobres do campo”, “na sua grande maioria são trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos produtores não-modernizados que trabalham “por conta própria” e que se concentram na região Nordeste”. (p. 134)

Muito interessante também é a análise de Kageyama (1986) sobre a pobreza rural. Para ela,

“a raiz da pobreza rural no Brasil não está apenas na “falta de trabalho” ou no subemprego, mas, para uma grande parcela, há um tipo mais “perverso” de pobreza: aquele em que se despende um longo esforço produtivo – muitas vezes acima dos limites considerados normais – que não é compensado por maior remuneração” (Kageyama, 1986: 57).

Em sua pesquisa sobre a pobreza e o trabalho na agricultura brasileira, Eugênia Troncoso Leone (1994) afirma: “Em 1990, o IPEA contabilizou 16,1 milhões de pessoas nas áreas rurais que por seu baixo nível de renda devem ter problemas de nutrição. Dessas, 10,1 milhões (62,7%) encontram-se na região Nordeste. A pobreza, medida pela baixa renda, ainda quando se leve em conta o menor custo de vida no campo, é bem maior nas áreas rurais e a ela estão associados problemas mais graves de subnutrição, moradia, mortalidade infantil e baixa expectativa de vida. Para os trabalhadores expulsos do campo, mas que permanecem trabalhando na agricultura, a situação é clara. Como Eugenia Troncoso Leone (*op. cit.*) demonstrou em sua tese que: “a vida nas cidades requer um nível de renda que a agricultura não tem proporcionado à maioria daqueles que nela trabalham, ainda que já tenham residência urbana”.

De um modo geral, a população rural que vem para a cidade, com os níveis precários de qualificação, dificilmente consegue de fato, inserir-se na vida urbana. Os problemas do campo são assim transferidos para as cidades, onde explodem sob a forma da miséria e da violência anômica e das crescentes dificuldades para administrar e resolver os problemas dos grandes centros urbanos do país.

Como afirmou Pessoa (1980), referindo-se ao Nordeste, a pobreza rural não constitui “um atributo de uma população ou de uma região marginalizada de um processo de desenvolvimento nacional. Ela se configura, ao contrário, como condição e efeito desse processo, a um tempo: ela é o fruto natural de um dispositivo específico de pauperização que é o simples reverso da medalha da acumulação e da concentração espacial e social da renda e da riqueza”.

#### À GUIA DE CONCLUSÃO.

A sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural. Visto sempre como a fonte de problemas – desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais etc. – surgem, aqui e ali, indícios de que o meio rural é percebido igualmente como portador de “soluções”. Esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra, no meio rural, alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive, dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo.

A ruralidade, o desenvolvimento rural, o desenvolvimento local no Brasil moderno são hoje temas em debate na comunidade acadêmica, entre militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural.

#### A) QUESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA<sup>16</sup>.

Mais do que temas específicos, permito-me referir à formulação dos eixos centrais que devem balizar a constituição deste campo de pesquisa e que consistem na cons-

<sup>16</sup> Refiro-me, especialmente, às pesquisas que estão sendo desenvolvidas nos quadros do “Laboratório de Observação Permanente sobre as Transformações do Meio Rural no Nordeste desenvolvidas por pesquisadores das Universidades nordestinas.

trução social do espaço rural, na configuração dos seus agentes sociais e nos processos sociais que o dinamizam. Evidentemente, é preciso reiterar que, quando estamos falando de mundo rural, estamos nos referindo a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estamos, portanto, supondo a existência de um qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Porém, consideramos que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material, a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). Trata-se, neste caso, de considerar os agentes sociais que o configuram em sua diversidade e que são responsáveis por sua transformação. Esses agentes sociais podem ser enumerados, em função das relações particulares que estabelecem com o meio rural, a saber: os personagens que povoam o mundo rural, isto é que fazem do meio rural um lugar de vida e de trabalho; a principal referência, neste caso, é aos agricultores familiares e aos trabalhadores rurais, ainda residentes no campo. Mas é preciso também levar em conta, os que “passam” pelo meio rural, deixando sua marca, especialmente, os turistas e os chamados residentes secundários; outros agentes que, mesmo sem residir no campo, também atuam nos processos econômicos e sociais que têm como locus o meio rural, entre os quais assumem especial peso: os proprietários de terra e empresários rurais; as agroindústrias, cooperativas e agentes de serviços diversos dirigidos à agricultura, o Estado – visto aqui, sobretudo, através de suas políticas para a agricultura e o meio rural, de seus representantes, agentes e instituições de serviços diversos e de suas instâncias de poder local. Neste nível local também atuam as demais forças sociais presentes na área rural – militantes de mo-

vimentos e organizações sociais, igrejas e agentes vinculados a organizações não governamentais.

Finalmente, no que se refere à dinâmica dos processos sociais no meio rural, interessa-nos dar especial relevo a três dimensões centrais e indissociáveis do chamado processo de desenvolvimento rural sustentável: a dimensão econômica, que contempla a crise dos setores tradicionais e as possibilidades dos novos setores emergentes, particularmente no que se refere à geração de emprego e renda; a dimensão socio-política, que nos remeterá para as questões ligadas à vida política (cidadania, poder local, políticas públicas), às condições de vida (que acolherá, entre outros, estudos sobre pobreza rural e estratégias de sobrevivência); à sociabilidade (na qual se incluem os modos de vida e as relações do meio rural com o meio urbano) e à construção das identidades sociais (cultura, identidade local, gênero e geração, etc); a dimensão socio-cultural-ambiental, que engloba todos os aspectos referentes às relações sociedade-natureza e à construção/reprodução do patrimônio cultural e natural locais.

#### B) REPENSAR AS CATEGORIAS.

Parece-me evidente que, neste campo de pesquisa que se redesenha, as categorias adotadas pelo IBGE deveriam ser repensadas. Por um lado, elas não ajudam a compreender este movimento da população rural na direção da pequena cidade, aqui, rapidamente apresentado; por outro lado, ao transformar em “cidade”, os pequenos espaços que se beneficiam de políticas públicas de “urbanização”, elas terminam por acentuar a percepção do esvaziamento e perda de substância do meio rural. Em consequência, é grande a dificuldade de constituir-se a problemática “rural” como um objeto legítimo e pertinente de interferência do Estado, desqualificando-a enquanto prioridade para as políticas públicas. Além disso, qualquer iniciativa tomada com o objetivo de promover o desenvolvimento rural, será, a curto ou a médio prazo, “registrada” como “urbana”, reforçando ainda mais o hiato entre o campo e a cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Relatório de Consultoria. IICA. Projeto: Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Brasília. Mimeo. 1998.
- BRANDÃO, C. R. A partilha da vida. São Paulo, GEIC/Cabral. 1995.
- CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. R. Janeiro, J. Olympio. 1964.
- CLEMENTINO, M. do L. M.. Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. Natal, UFRN. mimeo. 1997.
- CLEMENTINO, M. do L. M. Economia e urbanização; o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal, UFRN, CCHLA. 1995.
- ECHEVERRIA, T. M. Caipiras e samurais modernos na microbacia do Rio Cachoeira. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 1993.
- FAISSOL, S. *O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro*. R.de Janeiro, IBGE, 1994.
- FARIA, V. E. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego; a experiência brasileira dos últimos 30 anos”. In: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (org). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2 ed. Ed. São Paulo:Brasiliense, 1984.
- FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil; tendências e perspectivas. *Novos Estudos*, v. 29, p. 98-119, 1991.
- FERNANDES, F. (org.) *Comunidade e sociedade no Brasil; leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. S. Paulo, Nacional. 1973.
- FERREIRA, L. G. & BARROS, L. Conceito de povoado; comentários. *Revista Brasileira de Geografia*, 3, 4: p. 85-89.
- HARRIS, M. *Town and country in Brasil; a socio-anthropological study of a small Brazilian town*. New York, Northon & Company, 1956.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. (Prefácio e Post Sriptum de Antônio Cândido). S. Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da população*. 1996
- KAGEYAMA, A. *A pobreza rural: excesso de trabalho e insuficiência de renda*. Reforma Agrária, Campinas. 1986.
- LAMARCHE, H. (coord.) *L'agriculture familiale; 1. une réalité polymorphe. 2. du mythe à la réalité*. Paris, LHarmattan, 1993 e 1994.
- LOPES J. R. B. *Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional. 1978
- MARIN, M. C. de M. *Migração sem urbanização: o caso da cidade paraibana de Serra Branca*. *Raízes*, 4, 4/5: p. 97-203, 1984/85
- MARTINE. G. & GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés. 1987.
- MARTINE, G. *A evolução espacial da população brasileira*. In: AFFONSO, R. de B. A. & SILVA, P. L. B. *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUN-DAP, UNESP 1995.
- \_\_\_\_\_. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA. (Texto para Discussão, 329). 1994.
- MULLER, N. L. *Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, FFCL. (Boletim 132, Geografia, 7). 1951
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Bairros rurais paulistas; dinâmica das relações bairro rural-cidade*. S. Paulo, Duas Cidades. 1973.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil; (ensaios)*. S.Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP. 1978.



REIS FILHO, N. G. Evolução urbana do Brasil 1500-1720. São Paulo: Pioneira, EDUSP. 1960.

SANTOS, Milton. (1996). A urbanização brasileira. 3 ed. São Paulo, Hucitec.

SANTOS, M. Metamorfozes do espaço habitado; fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 1996.

SILVA, A. G. da. Atividades não agrícolas no rural potiguar; uma “nova” opção de emprego no campo. Mimeo. 1999.

SILVA, J. G. da. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P. & REYDON, B. P. (org.) Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA. 1995.

VALVERDE, O. Estudos de Geografia agrária brasileira. Petrópolis: Vozes. 1985.

WILLEMS, E. Cunha; tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1947.

\_\_\_\_\_. Mudanças estruturais-funcionais em comunidades camponesas de cinco países europeus. Revista de Antropologia, São Paulo, 1960.